

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA

Juliana Teixeira Brasileiro
(matrícula 021104179)

A filosofia moral de Smith: revisitando o *Das Adam Smith Problem*

Niterói
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA**

JULIANA TEIXEIRA BRASILEIRO

A filosofia moral de Smith: revisitando o *Das Adam Smith Problem*

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Federal Fluminense como
requisito para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências
Econômicas.**

ORIENTADOR: João Leonardo Medeiros

Niterói

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA**

JULIANA TEIXEIRA BRASILEIRO

A filosofia moral de Smith: revisitando o *Das Adam Smith Problem*

João Leonardo Medeiros

Bianca Imbiriba Bonente

André Guimarães Augusto

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar um agradecimento especial aos meus pais, Edson e Sonia, grandes incentivadores dos meus estudos. Não mediram esforços para me manter confortável longe de casa durante os cinco anos de graduação e sempre se fizeram presentes, apesar da distância. Esse apoio foi essencial.

Agradeço também ao professor orientador desse trabalho, João Leonardo Medeiros, pelos apontamentos feitos ao longo da elaboração da minha pesquisa e pela paciência ao responder todas minhas inquietudes. Suas aulas foram grande fonte de inspiração, tanto na definição do tema da monografia, como na escolha de seguir carreira docente.

Não posso deixar de mencionar todas as longas conversas, o auxílio nos momentos de dúvida e o incentivo que recebi em diversos momentos da graduação e na produção desse trabalho, de meu companheiro Rodrigo Rodriguez, que esteve sempre ao meu lado, desde que o conheci. Aos meus amigos, também agradeço pelo apoio.

Por fim, sou grata aos professores André Guimarães e Bianca Imbiriba, pela grande contribuição no aprimoramento da discussão abordada na monografia.

RESUMO

A relação entre as duas principais obras de Adam Smith – *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações* – foi contestada por supostamente definir, em cada uma delas, o comportamento humano por dois “princípios” contraditórios, o autointeresse e a simpatia. O debate teve início na primeira metade do século XIX e ficou conhecido como o “*Das Adam Smith Problem*”. O presente trabalho busca examinar a filosofia moral de Smith com base na releitura de alguns autores que analisam tal problema e, principalmente, na releitura dos originais.

Palavras-chave: Smith, filosofia moral, simpatia, autointeresse.

ABSTRACT

The relationship between Adam Smith’s main works – *The theory of moral sentiments* and *The wealth of nations* – was contested for supposedly defining, in each work, human behavior by two contradictory ‘principles’, self-interest and sympathy. The debate began in the first half of the nineteenth century and is known as the ‘*Das Adam Smith Problem*’. The present work seeks to examine the Smith’s moral philosophy based on the view of some authors who analyzed this problem and, mainly, the interpretation of the originals.

Keywords: Smith, moral philosophy, sympathy, self-interest

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Breve nota biográfica.....	2
3. As raízes históricas do problema: a crítica da escola histórica alemã à obra de Smith.....	5
4. Interpretações do ‘ <i>Das Adam Smith Problem</i> ’	9
5. Examinando as obras de Smith.....	18
6. Conclusão	28
Referências	30

1. Introdução

Adam Smith escreveu dois livros durante sua vida: *Teoria dos sentimentos morais* (TSM) e *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (doravante *Riqueza das nações* ou RN), publicados pela primeira vez em 1759 e 1776, respectivamente.

A relação entre as duas obras foi contestada por parecer definir o comportamento humano por dois princípios contraditórios, o interesse próprio e a simpatia¹. O debate sobre essa controvérsia nasceu na primeira metade do século XIX entre estudiosos alemães e ficou conhecido como *Das Adam Smith Problem*. Entretanto, essa visão não é mais sustentada atualmente pela maioria absoluta dos estudiosos da obra do autor². Nos últimos anos houve um enorme esforço para defender uma continuidade entre as obras, traduzido em um grande número de artigos. No momento a questão gira em torno dos elementos que ligam uma obra à outra. O presente trabalho busca, portanto, examinar a filosofia moral de Smith em suas duas obras com base na releitura de alguns autores que analisam tal problema e, principalmente, na releitura dos originais.

O trabalho possui a seguinte estrutura. Em primeiro lugar, é apresentada uma breve biografia do autor. O capítulo seguinte, terceiro da monografia, trata do contexto histórico em que Adam Smith elaborou seus livros e reconstitui algumas críticas ao seu pensamento econômico, feitas pelos participantes da Escola histórica alemã. Esse é justamente o episódio que dá início ao “Problema”. Em seguida, no quarto capítulo, são expostas uma variedade de opiniões sobre a suposta inconsistência existente entre as obras de Smith. O capítulo seguinte passa em revista as duas obras de Smith, procurando recompor sua linha geral de argumentação. Finalmente, na conclusão emite-se um julgamento próprio a respeito do problema estudado.

¹ “[...] diz-se que o trabalho de Smith, tomado como um todo, supõe que o comportamento humano seja governado por dois princípios muito diferentes (e contraditórios)” (WILSON e DIXON, 2006, p. 252, *tradução nossa*).

“[...] muitos... examinaram a *Teoria dos sentimentos morais* simplesmente para encontrar alguma relevância para a *Riqueza das nações*. Isso deu origem ao chamado problema de Adam Smith, uma suposta inconsistência entre as premissas psicológicas entre os dois livros” (RAPHAEL, 2007, p. 01, *tradução nossa*).

² “Durante o século XX esses argumentos foram esquecidos, mas o problema persistiu, o consenso agora sendo de que não há tal incompatibilidade e, portanto, não há nenhum problema” (TRIBE, 2008, p. 514, *tradução nossa*).

“O velho *Das Adam Smith Problem* não é mais sustentável. Poucos hoje acreditam que Smith postula dois princípios contraditórios da ação humana: uma na *Riqueza das nações* e outra em *Teoria dos sentimentos morais*” (WILSON e DIXON, 2006, p. 251, *tradução nossa*).

2. Breve nota biográfica

O propósito desse capítulo inicial é não apenas o de apresentar os elementos e acontecimentos mais importantes da vida de Adam Smith, mas também constituir, a partir deles, a base de uma explicação para o debate acerca da conciliação entre as suas duas principais obras. As principais referências utilizadas são Stewart (1861), Karstensson (2002) e Montes (2003) que não apresentam divergências quanto à história do autor, mas apresentam diferentes níveis de detalhamento sobre as partes da vida de Smith.

Adam Smith nasceu em 5 de junho de 1723, na região da Escócia, na pequena cidade de Kirkcaldy ao norte de Edimburgo, filho único de Adam Smith e Margaret Douglas. Seu pai era controlador da alfândega de Kirkcaldy e falecera antes mesmo do nascimento do filho. Dessa forma, Smith foi criado pela mãe, que era filha de um proprietário de terras e teve uma infância agradável.

A educação universitária de Smith se inicia aos catorze anos (1737), na *Glasgow College*. Sua biografia aponta para o estudo, nos anos iniciais, de latim, grego, lógica, matemática, filosofia natural e filosofia moral, sendo esta última lecionada por Francis Hutcheson. Hutcheson, como será apresentado mais adiante, é uma das influências principais de Smith.

Em 1740, Smith sai do *Glasgow College* e vai para o *Balliol College*, na universidade de Oxford, onde estuda grego, literatura inglesa e francês. Recebe o título de bacharel em 1744. Em 1746 volta a Kirkcaldy e vive com sua mãe, na expectativa de assumir em breve uma posição acadêmica, o que viria a se efetivar em 1748, em Edimburgo.

Sua carreira acadêmica iniciada em 1748 abrange a oferta de cursos de literatura, retórica, história da filosofia e jurisprudência. Recebe seu título de mestre (A.M.) em 1749 da universidade de Oxford, além de estabelecer seu primeiro contato com David Hume. Sua amizade com o filósofo é longa e de grande importância para a construção de sua obra.

A carreira como professor na universidade de Glasgow, iniciada em 1751, é tomada como um dos principais momentos da vida do autor com relação às suas obras. Suas aulas abrangiam temas como teologia natural, ética, jurisprudência e economia política (que ainda não tinha essa denominação, sendo chamada de conveniência comercial). As leituras do período em Glasgow, que se seguem até 1763, constituem as bases tanto para a *Teoria dos sentimentos morais* (doravante, TSM) quanto para a *Riqueza das nações* (RN). Tal questão não é cercada

de controvérsias atualmente, uma vez que a própria TSM foi publicada nesse período, em 1759, assim como a base material e o projeto da RN.

A partir de 1764, Smith inicia uma viagem pelo continente, com o intuito de instruir e lecionar aos filhos de Charles Townshend, um político britânico. Trata-se de um período de três anos pela França, em que Smith conheceu a obra de e entrou em contato pessoal com expoentes do iluminismo francês (inclusive Voltaire e Rousseau) e com os fisiocratas (Turgot e Quesnay). Smith foi bem recebido no círculo acadêmico francês, talvez porque sua TSM tivesse alcançado uma boa recepção no continente. Nesse período, começa a escrever manuscritos para a elaboração da RN.

Smith retorna à Inglaterra em 1766 e para a casa da família em Kirkcaldy em 1767, onde permanece dez anos, com exceção de algumas viagens à Edimburgo e Londres. O autor vive em tranquilidade e quase em completo retiro. Aproveita a companhia da mãe e, ocasionalmente, encontra-se com alguns antigos colegas de escola, além de corresponder-se por carta com os amigos distantes. Durante o período escreve sua segunda obra, RN, e estuda botânica e outras ciências que não tinha tido a oportunidade de estudar até então. Em cartas, Smith demonstra insatisfação com a lentidão no preparo de RN³, que demandava muito tempo e parecia nunca acabar⁴. Dentre os problemas que atrasam o trabalho do autor, encontra-se, por exemplo, a falta de alguns materiais de pesquisa em sua biblioteca⁵. É perceptível, então, que a redação de RN levou muito mais tempo que o autor esperava.

Em 1776, Smith publica finalmente a primeira edição da RN em Londres. Era uma obra de muita expectativa pelos seus amigos e pelo público e não demorou para se tornar popular. Entre 1776 e 1778, portanto, ele transita entre Kirkcaldy, Edimburgo e Londres, ocupado com o trabalho nas novas edições de seus livros. Em 1778, Smith se estabelece em Edimburgo com a mãe, onde é apontado como comissário das alfândegas da Escócia e comissário dos deveres do sal da Escócia. A partir desse momento vive se dividindo entre o trabalho e viagens até a sua morte em 17 de julho de 1790. Seguindo instruções deixadas pelo próprio Smith alguns dias

³ “Desde que cheguei a este país, tenho trabalhado muito bem da maneira que eu propus. No entanto, não fiz todo o progresso que eu esperava; Resolvi, portanto, prolongar minha permanência aqui até próximo novembro, talvez, até depois das férias de Natal no próximo inverno” (Smith *apud* ROSS, 2010, p. 249, *tradução nossa*).

⁴ “[Smith faz] uma nova admissão sobre sua situação. É a de alguém cujos ‘esquemas de estudo’ lhe deixam ‘muito pouco lazer’, e se assemelham à teia de Penélope, já que ele ‘dificilmente vê qualquer probabilidade de seu fim’.” (ROSS, 2010, p. 250, *tradução nossa*).

⁵ “Em 15 de janeiro, [1769], escreveu a primeira de uma série de seis cartas para Lord Hailes, que revelam as dificuldades de Smith com o material de pesquisa para *WN* disponível em seu escritório” (ROSS, 2010, p. 249, *tradução nossa*).

antes de morrer, foram destruídos todos seus manuscritos, exceto alguns ensaios que confiou aos cuidados de seus executores.

3. As raízes históricas do problema: a crítica da escola histórica alemã à obra de Smith

A publicação dos livros de Adam Smith ocorreu quando a Inglaterra se aproximava da etapa final de transição do feudalismo ao capitalismo. O período foi berço de grandes transformações, em geral associadas à intensificação da interdependência econômica e social dos cidadãos ingleses. As cidades continuaram a se expandir, fato que ocorria desde o século XVII devido aos *enclosures*⁶, e com ela crescia também a urbanização, o número de habitantes e o comércio que estava associado em grande magnitude com a exploração colonial (HOBSBAWM, 1979, p. 34-35).

Tais pontos incentivavam e impulsionavam o desenvolvimento da agricultura, em meio às demandas urbanas. Diante do contexto mundial majoritariamente rural, era importante observar o problema agrário e a relação entre os que cultivavam e os proprietários de terra, ou seja, entre os que criavam riqueza e os que acumulavam (*idem*, p. 29). Na Inglaterra, em particular, já existiam grandes monopólios da terra. A agricultura voltou-se para o mercado, o que provocou uma pressão no sentido do aumento da produção, dada a necessidade de alimentar a população que estava em rápido crescimento. Como consequência, elevou-se a produtividade no campo, liberando mão-de-obra para as cidades e indústrias (*idem*, p. 47).

Por outro lado, as mudanças nos campos eram relativamente demoradas, enquanto as manufaturas, comércio, atividades intelectuais e tecnológicas eram muito mais dinâmicas (*idem*, p. 35). Com os aperfeiçoamentos das estradas, nos veículos puxados a cavalo e do serviço postal, a comunicação e o transporte aumentaram exponencialmente de velocidade e as grandes aglomerações urbanas se tornaram mais conectadas (*idem*, p. 29). Apesar dos avanços, o transporte de passageiros e mercadorias por terra continuava lento e caro. Nesse período, o transporte por água era mais eficaz, rápido e barato, fazendo as cidades que possuíam portos se apresentarem mais próximas que as cidades vizinhas por terra (*idem*). As atividades comerciais

⁶ “O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente *sir* James Steuart, “por toda parte lotavam inutilmente casas e castelos”. Embora o poder real, ele mesmo produto do desenvolvimento burguês, em sua ânsia pela conquista da soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa dissolução. Ao contrário, foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o consequente aumento dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora aniquilada pelas grandes guerras feudais; a nova nobreza era uma filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes” (MARX, 2013, p. 789-890).

por via marítima se expandiam expressivamente, com geração de lucros extraordinários às comunidades mercantis europeias, que exerciam grande influência e se impunham como autoridade internacional sobre os países coloniais. As colônias, em posição desfavorável, eram predominantemente saqueadas.

O trabalho livre das formas de coerção direta estava em ascensão⁷. Nesta forma emergente, a moradia e o local de trabalho afastam-se cada vez mais, as relações de arrendamento feudal pouco a pouco são dissolvidas ou assumem a forma do arrendamento capitalista e o trabalho assume cada vez mais caráter assalariado-mercantil. Na manufatura, a relação entre o trabalhador e o empregador tornou-se uma “relação monetária entre o operário e capitalista” e, assim, a classe trabalhadora surgiu como elemento histórico, como Marx afirmava (THOMPSON, 1998, p. 28; 40).

Todas essas mudanças culminaram na chamada Revolução Industrial, grande marco da história moderna. A Revolução Industrial não foi um fenômeno pontual. Foi um processo contínuo de mudanças. Na época em que Smith escrevia, esse processo ainda estava ganhando nitidez (HOBSBAWM, 1979, p. 44).

Ao final do século XVIII, a busca do lucro e o aumento da exportação fizeram com que emergisse um grande número de inovações tecnológicas e incrementos técnicos, o que viria a transformar não só a Inglaterra, como todo o mundo (HUNT, 2005, p. 38). A obra de Smith está situada, contextualizada, na emergência desse processo, na época que se iniciavam as mudanças estruturais para a visão clara e evidente do modo de produção capitalista, ainda bastante indefinido até então.

À primeira vista, os livros não parecem ter uma relação. O primeiro (TSM) trata da forma como é construído o julgamento moral pelas pessoas, como certas ações são consideradas erradas e outras corretas, enquanto o segundo (RN) é uma investigação sobre como um país pode chegar à prosperidade econômica e quais seriam as políticas econômicas adequadas para atingir tal prosperidade.

De acordo com Nieli (1986, p. 611), em um primeiro momento ninguém constatou inconsistência entre os livros. O pensamento de que TSM e RN caracterizavam o comportamento humano de formas diferentes nasceu na Alemanha muito tempo após as publicações, na segunda metade do século XIX. Nessa época a Alemanha não era unificada, era

⁷ “Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. [...] A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 2013, p. 786).

um território dividido em 39 estados, que se identificavam culturalmente. Alguns de seus mais proeminentes pensadores, que conformavam a chamada Escola Histórica, acreditavam que a teoria do livre comércio elaborado pela economia política inglesa era incompatível com a industrialização da Alemanha e de outros países em desenvolvimento e que era preciso que os países que se industrializavam tardiamente protegessem suas indústrias nascentes⁸. O processo de industrialização devia acontecer com mudanças nos campos social, político e econômico.

O problema parte, então, não exatamente da percepção de uma diferença entre as obras em si, mas de uma discordância da política do *laissez-faire* britânico defendida na RN. Adam Heinrich Müller, economista político alemão falecido no início do século XIX, enxergava em Smith um defensor unilateral dos interesses da economia inglesa (MONTES, 2003, p. 67). Já para o famoso filósofo Johann Gottlieb Fichte, as políticas *laissez-faire* eram inaceitáveis e o governo deveria não só regular como proibir o comércio exterior (*idem*). Finalmente, Friedrich List, precursor da Escola histórica alemã, reunia esses argumentos em uma grande crítica às ideias cosmopolitas, como ele as chamava. Como a Inglaterra já estava em um estágio avançado de desenvolvimento econômico, ela não permitia que os outros percorressem o mesmo caminho. Através de suas políticas ela bloqueava os meios pelos quais outras nações poderiam crescer (*idem*).

A crítica de List é particularmente interessante. Para ele, Smith teria separado a política da economia, fazendo com que as diferenças políticas e os interesses nacionais sucumbissem diante de um sistema comandado por leis universais. Justamente por isso, List chamava a economia de Smith e de seus herdeiros de economia cosmopolita (aquele sem casa/lar fixo) e não de economia política (TRIBE, 1995, p. 57). Assim sendo, o autor posicionava-se contra a teoria do comércio internacional de Smith e Ricardo (vantagens absolutas ou relativas), pois julgava o livre comércio incompatível com a realidade alemã e de outros países em desenvolvimento. A síntese de Tribe oferece uma visão precisa da posição de List:

[...] o mundo foi dividido em um número de nações que eram ambas corpos soberanos encarregados da manutenção de sua independência e do desenvolvimento de suas

⁸ Os pensadores da antiga Escola Histórica alemã tinham uma formação que incorporava em sua análise as especificidades culturais e históricas. Essa diferença com o pensamento europeu em geral culminou na chamada *Batalha dos Métodos*. A batalha tratava da diferença entre os métodos para se alcançar conhecimento, sobretudo para a ciência econômica. A discussão, epistemológica, começou após o ataque de Carl Menger em “*Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften und der politischen Oekonomie insbesondere* (1883)”. Menger acreditava ser impossível estabelecer leis sociais ou naturais através somente do recurso ao registro empírico (HODGSON, 2001). O austríaco defendia a prioridade do método dedutivo, que parte de axiomas gerais para gerar conhecimento, em oposição à Schmoller e seus estudantes, que defendiam, por contrapartida, o método indutivo e a circunscrição contextual do conhecimento.

propriedades, e também membros da sociedade humana trabalhando, na medida do possível para a prosperidade comum. O potencial de universalidade econômica dentro desse sistema era expresso pelo livre comércio, mas o desenvolvimento livre e igual da economia mundial não pode ser promovido por declarações unilaterais de livre comércio, nem por sua imposição, independentemente do nível de desenvolvimento das nações individuais. Sem uma capacidade de produção, a base da independência nacional era insegura. Portanto, eram necessárias tarifas protecionistas para assegurar que cada nação poderia seguir o verdadeiro caminho da evolução econômica e assegurar o devido equilíbrio da agricultura e da indústria. (TRIBE, 1995, p. 58, *tradução nossa*)

Dito de outro modo, em suma, caso não houvesse no mundo fronteiras econômicas, a teoria de Smith seria correta, caso contrário, o mundo estaria condenado à dominação inglesa. O mundo só se desenvolveria de forma conjunta se fosse levada em conta a economia nacional, e, nesse sentido, as tarifas protecionistas eram essenciais.

Outro opositor destacado das ideias de Smith é o economista político Bruno Hildebrand, que avançou na sua crítica e julgou a teoria de Smith materialista, no sentido de que o egoísmo era a característica central da natureza humana e, assim, do sistema econômico (RAPHAEL e MACFIE, 1984, p. 20). Hildebrand é um dos representantes da antiga Escola Histórica alemã que se opunha a uma economia universal, porque a universalidade seria limitada pelo contexto histórico, cultural e social em que as pessoas vivem. Em cada época e lugar, os valores, padrões de comportamento e ideias são distintos, de maneira que, em sua opinião, as teorias deveriam refletir essa diversidade. É possível perceber, então, um grande problema, já que a defesa do egoísmo como um atributo universal da existência humana se choca com o historicismo radical da Escola Histórica, que, ademais, defendia a construção de uma economia baseada também numa ética contextualizada. Hildebrand também segue os autores anteriores por acreditar que Smith tenta generalizar sua teoria, mas na verdade ela seria somente uma amostra da economia do dinheiro predominante (TRIBE, 1995, p. 71).

4. Interpretações do ‘Das Adam Smith Problem’

A primeira explicação concreta para a descontinuidade entre as obras partiu de Karl Knies (1853), também um representante da antiga Escola Histórica alemã⁹. Para o autor, a mudança do entendimento de Smith sobre a natureza humana é consequência de sua visita à França em 1764, teoria essa batizada por Nieli (1986) como “A Teoria da Conexão Francesa”. Apesar de saber que o interesse próprio é uma motivação da ação econômica, a ideia de que ao buscar satisfazer o interesse próprio o indivíduo beneficia toda a sociedade não partiu do próprio Smith (TRIBE, 2008, p. 518). De acordo com essa teoria, as duas grandes influências de Smith durante a redação de seu primeiro livro foram Hume e Hutcheson (NIELI, 1986, p. 612), enquanto a redação do segundo livro sofreu influência dos fisiocratas franceses.

Hutcheson, antigo professor de filosofia moral de Smith, acreditava que o ser humano podia ser afetado tanto pelo bem moral quanto pelo bem natural. O bem moral resulta da percepção da benevolência de uma pessoa, portanto, é ligado à estima que um indivíduo pode nutrir por outro (CERQUEIRA, 2008 p. 64-65). Dessa forma, os juízos morais são construídos pelos sentidos internos. Já o bem natural procede inicialmente de qualquer percepção sensível aos sentidos externos (tato, olfato, visão, paladar, audição), ou seja, um objeto que pode proporcionar prazer. A inclinação que o indivíduo tem para perseguir o bem natural é chamada de interesse pessoal, que não poderia ser confundida, assim, com a moralidade (*idem*).

Como explicam Raphael e Macfie na Introdução de 1984 da TSM, Smith aproximou-se do estudo de filosofia moral com Francis Hutcheson, seu professor na Universidade de Glasgow e construiu seu argumento estimulado pelas discordâncias com relação às visões de Hume. No entanto, o que é desenvolvido na TSM sofreu pouca influência da teoria de Hutcheson, segundo Raphael e Macfie (1984, p.10). A influência desse autor é destacada por permitir que Smith avaliasse a abordagem feita por Hume.

Hume, apontado como segundo inspirador da TSM, defendia a justiça como principal elemento para a vida em sociedade. O ser humano possui um senso moral, que avalia, através do sentimento, as ações do agente com base em suas motivações, em suas intenções. Assim seria possível diferenciar o bem ou mal morais (ou uma ação, caráter ou sentimento, como

⁹ Na antiga Escola Histórica alemã a ênfase era em como desenvolver políticas comerciais para alcançar a industrialização, por isso a forte oposição aos defensores do laissez-faire britânico, que faziam abstrações que não conseguiam captar elementos essenciais das economias concretas. Já para nova Escola Histórica a maior preocupação era em como resolver os problemas de caráter social trazidos pela industrialização (MONTES, 2003, p. 69).

virtuoso ou vicioso), por meio do prazer ou desprazer. A partir desse estudo, Hume se pergunta como é moldada a virtude e explica que existem virtudes naturais e virtudes artificiais. As virtudes naturais são aquelas instintivas, espontâneas, intrínsecas ao homem, porém pouco poderosas se comparadas às artificiais, criadas ao longo do tempo com base nas relações entre as pessoas (CERQUEIRA, 2008, p. 68). A justiça é considerada pelo autor uma virtude artificial e, dada a preocupação com o interesse próprio e o interesse dos outros que surge com o crescimento da sociedade, ela é capaz de conter as paixões dos homens e deixá-los em segurança. Dessa forma, o senso moral é resultado da justiça ou injustiça, cuja fonte de aprovação é a simpatia com o interesse de todos (*idem*, p. 70).

Na *Riqueza das nações*, por outro lado, quem teria influenciado Smith seriam os fisiocratas franceses, uma vez que as referências do autor mudaram com a viagem. A França teria sido, assim, o ponto de inflexão entre o princípio da simpatia e o princípio do autointeresse, de acordo com Knies (1853).

Outros autores defenderam e aprimoraram o argumento de Knies. Lujo Brentano, participante da nova Escola Histórica alemã, explica em seu livro *The relation of labour to the law of today: historical and economic studies* (1877) que ocorreu uma revolução no pensamento de Smith devido a sua relação com o filósofo utilitarista Helvétius (NIELI, 1986, p. 613). Segundo o autor, na TSM, Smith mostra que as ações são moralmente adequadas quando conseguem a aprovação de um examinador abstrato, capaz de julgar a motivação que leva à ação, assim como seus resultados para todos aqueles por ela afetados de forma neutra – o chamado espectador imparcial. Na RN suas ideias teriam mudado completamente, assumindo a concepção de natureza humana de Helvétius, ou seja, que o que move os indivíduos é o egoísmo. Em outras palavras, antes Smith parecia criticar o egoísmo como definidor da natureza humana, mas, depois da viagem à França, aceitou a proposição como verdadeira (*idem*). Na RN, argumenta Brentano, é possível encontrar passagens onde Smith alega que todas as pessoas são naturalmente iguais e que o que as diferencia são as discrepâncias da educação e do governo. É justamente devido a isso, prossegue ele, que Smith defende um Estado que deixe a economia se regular de acordo com as leis naturais, intervindo somente para garantir a propriedade, ordem e liberdade. Assim sendo, conclui Brentano, as ideias de Smith são, na verdade ideias, fisiocráticas¹⁰ (TRIBE, 2008, p. 520-521).

¹⁰ “Adam Smith refutou sua teoria apenas com respeito a doutrinas relativamente menores, e ao fazê-lo caiu em novos erros. Além dessas diferenças, Adam Smith é propriamente um fisiocrata” (Brentano, *apud* TRIBE, 2008, p. 521, *tradução nossa*).

Logo depois, Witold Von Skarzynski, filósofo polonês, posicionou-se em relação ao “Problema”. Em *Adam Smith as a moral philosopher and creator of political economy: a contribution to the history of political economy* (1878), sua segunda tese de doutorado, ele amplia o argumento de Brentano e defende que o primeiro livro de Smith tratava da moral e a teoria desenvolvida era totalmente idealista, enquanto o segundo livro, sobre economia, foi inspirado pelas ideias materialistas que dominavam a França (NIELI, 1986, p. 614). Antes do contato com os franceses, Smith tinha uma visão mais complexa sobre as forças motivadoras das ações humanas e depois ele assumiu o egoísmo como única motivação (WILSON e DIXON, 2006, p. 254).

Vale dizer que Skarzynski era um crítico radical de Smith. Para o filósofo, nada razoável poderia ser apreendido da leitura de Smith. Em seu juízo, nada em seus livros era original: o que escreveu em TMS foi derivado do *Uma investigação sobre os princípios da moral* de Hume e Smith nem ao menos se importou em entender o que estava reproduzindo. Além disso, afirma que toda a noção de Smith sobre economia política partiu dos fisiocratas e que antes, na Inglaterra, ele não se dedicou ao tema¹¹ (TRIBE, 2008, p. 521). Assim, Skarzynski assume que o autor mudou de ideia entre os livros (RAPHAEL e MACFIE, 1984, p. 22).

Tribe (2008) assinala que o argumento de Skarzynski é mal construído do início ao fim, mas que seu nome está frequentemente relacionado às discussões sobre *Das Adam Smith Problem* porque foi capaz de apresentar em seu trabalho, de forma precisa, as alegações dos membros da nova Escola Histórica alemã sobre Smith.

O trabalho de Skarzynski foi instigado pela visão de Buckle, exposta no segundo volume de seu livro (*History of civilization in England*, 1861). Para Buckle¹², os livros deveriam ser considerados como um só. As obras, apesar de divididas, juntas tratavam de um todo. Na RN Smith simplificou o estudo da natureza humana, sem levar em conta o princípio da simpatia. Na TMS, por outro lado, Smith teria considerado apenas a simpatia. Entretanto, para o próprio Buckle, todos os seres humanos são simpáticos e egoístas, o que significa dizer que o autor assumiu a simpatia e egoísmo como dois motivos para a ação humana.

A razão para Buckle acreditar em tal argumento é que Smith, como todos os autores escoceses daquele período, seguia uma lógica dedutiva em suas teorias (RAPHAEL e MACFIE,

¹¹ “No que diz respeito à história da economia, não Smith, mas os fisiocratas, são os criadores da ciência da economia política, com Hume como seu principal precursor, Smith se desenvolvendo sobre eles” (Skarzynski, *apud* TRIBE, 2008, p. 522, *tradução nossa*).

¹² As ideias de Buckle são apresentadas aqui a partir da síntese oferecida por Raphael e Macfie (1984, p. 21).

1984, p. 22). Todavia, seu método dedutivo era singular. Smith, segundo Buckle, atribuía relevância a determinadas suposições em suas deduções. Isso significa que selecionava um grupo de ideias para cada obra. Na RN ele teria suprimido propositalmente a simpatia, para simplificar o estudo da natureza humana. Mesmo assim, partindo de diferentes deduções, as obras constituem um único argumento separável em dois livros, que são complementares. Para entender um deles, os dois teriam que ser lidos.

Buckle está correto quando diz que os livros devem ser estudados juntos, mas está errado em sua interpretação do porquê. Primeiro, o termo simpatia é designado para explicar como as pessoas formam um julgamento moral, e não para explicar o motivo da ação humana. O motivo para agir relaciona-se com a razão para agir e a forma como agimos relaciona-se com a simpatia. Os motivos para a ação podem ser vários, mas a forma de agir é uma capacidade da natureza humana que permite a ação das pessoas¹³.

Todas essas leituras que alegam que Smith mudou de opinião entre os livros por causa de sua viagem à França estão erradas, segundo Raphael e Macfie (1984, p. 20). Tal erro poderia ter sido evitado se os autores tivessem acreditado nos escritos de Stewart (*Account of the life and writings of Adam Smith*), que apontavam evidências do contrário. Stewart defende que o pensamento econômico de Smith já existia desde o início dos anos 1750 sendo, portanto, original. O autor também enfatiza que nessa época não havia sido publicado nenhum trabalho francês de grande importância para a pesquisa de Smith (NIELI, 1986, p. 615-616). Stewart expõe em seu livro o relato de John Millar, estudante de Smith, sobre suas aulas de Filosofia Moral, que abordavam economia e continham a essência da RN:

(Smith) analisou regulamentações políticas que são fundadas, não sobre o princípio da justiça, mas de oportunidade e que são calculados para aumentar as riquezas, o poder e a prosperidade de um Estado. Sob este ponto de vista, ele considerou as instituições políticas relativas ao comércio, às finanças, aos estabelecimentos eclesiásticos e militares. O que ele apresentou sobre estes temas continha a substância do trabalho que ele posteriormente publicou sob o título de *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. (Stewart apud NIELI¹⁴, 1986, p. 616, tradução nossa)

Ou seja, Stewart tem provas de que as ideias para a RN já existiam antes de Smith viajar para a França. Adicionalmente, mostra que as ideias da RN já existiam antes mesmo da publicação da TSM. Os autores, ou ao menos Skarzynski, tinham conhecimento da obra de

¹³ Raphael e Macfie discordam de Buckle e afirmam que “Smith era de fato um empiricista convicto e tinha pouca simpatia pela filosofia racionalista” (RAPHAEL e MACFIE, 1984, p. 22, tradução nossa).

¹⁴ STEWART, Dugald. *Account of the life and writings of Adam Smith*. 1861.

Stewart, mas não consideravam os escritos confiáveis (RAPHAEL e MACFIE, 1894, p. 23). Em 1896, a prova irrefutável foi publicada por Edwin Cannan, através de notas de aula de Smith, com evidências e inclusive esboços de textos usados posteriormente na RN. Esse material seria publicado sob o título *Lectures on Jurisprudence*, que teria dado fim à “Teoria da Conexão Francesa”.

É preciso, de todo modo, destacar a importância dos escritos alemães sobre as obras de Smith. Segundo Tribe (2008, p. 514) o *Das Adam Smith Problem* foi o primeiro esforço acadêmico para entender as duas obras de Smith, questão que os ingleses ainda não tinham desenvolvido. Apesar da RN ter sido publicada quase que anualmente em língua inglesa e a TSM publicada em intervalos¹⁵, não havia um debate rigoroso sobre os livros. Alguns britânicos discordavam da importância do debate, como, por exemplo, Bagehot, mestre em filosofia moral, e Haldane, influente advogado e filósofo. Os autores acreditavam que a RN já era um livro ultrapassado e a TMS não tinha importância alguma no campo filosófico (*idem*, p. 515). Enquanto isso, na Alemanha, os escritos de Smith eram seriamente estudados, e não só com intuito de fortalecer o debate do “Problema”.

Smith influenciou diretamente o mais famoso filósofo alemão do século XIX, antes de Marx, isto é, Hegel. De acordo com Davis (1989, p. 51), antes de assumir o posto de professor de filosofia na Universidade de Berlim, Hegel já estava familiarizado com a econômica política de Smith, Jean-Baptiste Say e David Ricardo. Para Hegel, foram esses autores que descreveram de forma mais detalhada “as leis que governam o movimento das massas na complexidade de suas relações qualitativas e quantitativas” (HEGEL, 2001, p. 159-160, *tradução nossa*), contribuindo para o desenvolvimento da economia política como ciência. A análise da natureza cada vez mais abstrata do trabalho numa fábrica, de Hegel, muito provavelmente surgiu do exemplo da fábrica de alfinetes na RN (HENDERSON & DAVIS, 1991, p. 190). Além disso, é difícil não notar as similaridades entre “a mão invisível” de Smith com a “astúcia da razão” de Hegel em *Filosofia do Direito e Filosofia da História*. Ambos os termos tratam de analisar as consequências não intencionais de ações intencionalmente autointeressadas (DAVIS, 1989, p. 51).

A repercussão da discussão em língua inglesa parte de outro autor que expôs sua opinião depois dos escritos de Buckle: Leslie Stephen, um historiador inglês. Em *History of English*

¹⁵ “Desde os anos 1860 as edições em língua inglesa da *Riqueza das nações* foram publicadas mais ou menos anualmente e a *Teoria dos sentimentos morais* em intervalos regulares (1861, 1871, 1880, 1887, e 1892)” (TRIBE, 2008, p. 515, *tradução nossa*).

thought in the Eighteenth Century (1876), o autor alega que o princípio da simpatia é uma força reguladora e que o princípio do autointeresse é uma força motivadora. Em sua opinião, o processo de construir um julgamento moral é em si próprio uma implicação do egoísmo, característica presumidamente natural do ser humano abordada em RN. Naquele momento, sua crítica era inovadora, visto que notava o “Problema” de um ângulo diferente daqueles autores apresentados anteriormente (MONTES, 2003, p. 74).

Posteriormente, aproximadamente trinta anos depois do fim da “Teoria da Conexão Francesa”, foi feita uma nova avaliação dos escritos de Smith para a comemoração do 150º aniversário da publicação da RN na Universidade de Chicago (TRIBE, 2008, p. 516). Dentre os palestrantes estavam Jacob Viner, economista canadense, e Glenn Morrow, professor de filosofia.

Viner acredita ser infundada a explicação dada pelos “especialistas em Adam Smith” de que, para entender RN, é preciso ler TSM, visto que um grande número de economistas leu RN sem dificuldades ao longo da leitura. Ademais, tais especialistas ao lerem o segundo livro à luz do primeiro se deparam com problemas de interpretação e ofereceram soluções diferentes ao problema. Em *Adam Smith and laissez-faire* (1927), o autor procura mostrar que os erros de interpretação dos “especialistas” nascem da insistência em assumir os dois livros como um só e que existem divergências irreconciliáveis entre eles.

Por exemplo, nos dois trabalhos Smith fala sobre a harmonia encontrada na ordem da natureza, exceto que na TSM tal harmonia é universal e perfeita, enquanto em RN a harmonia não está presente em todos os elementos da economia e, quando está, muitas vezes aparece de forma incompleta ou imperfeita. Isso porque, para o autor, a ordem harmoniosa em TSM se dá através de uma orientação divina, guiada por Deus, portanto (MONTES, 2003, p. 76). Ao passo que a base da TSM é teológica, na RN esse argumento é completamente inexistente¹⁶. De acordo com o canadense, Smith não acreditava na predominância da benevolência no mundo econômico¹⁷, ao contrário do que tentava mostrar na TSM (VINER, 1927, p. 210). Na opinião

¹⁶ “Traços de todo tipo de doutrina concebível encontram-se no livro mais católico, e um economista deve ter teorias peculiares, de fato, que não pode citar da *Riqueza das nações* para sustentar seus propósitos especiais. Mas se pode demonstrar de forma convincente, creio eu, que nos pontos em que entram em contato existe uma medida substancial de divergência entre a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações*, com respeito ao caráter de ordem natural” (Viner, 1927, p. 207, tradução nossa)

¹⁷ “Em nenhuma parte da *Riqueza das nações* Smith dá qualquer crédito para o bom funcionamento da ordem econômica à operação da benevolência ou simpatia, ênfase essa dada no relato da natureza humana apresentada na *Teoria dos sentimentos morais*. Na *Riqueza das nações* a benevolência não somente é deixada de fora do cenário

de Viner, o jovem Smith escreveu um livro idealista e quando amadureceu e passou a enxergar as coisas como realmente eram, deu luz ao livro realista que é RN (RAPHAEL, 2007, p. 118).

Segundo Montes (2003, p. 77), apesar de TSM estar repleta de expressões de conotação teológica, não se deve dar muita importância a isso, já que se tratava de um contexto de tradição estoica¹⁸, não podendo, então, a obra ser desqualificada por essa razão. O porquê do uso da linguagem não é consensual. Uns acreditam que a linguagem foi usada porque o texto foi derivado de aulas dirigidas a jovens que buscavam uma carreira eclesiástica e outros pensam que Smith estava preocupado com a opinião pública e por isso usou a retórica deísta.

Em contrapartida, Morrow não julga as obras de Smith discrepantes, apesar de se aproximar das mesmas conclusões de Stephen e Viner. Para o filósofo, Smith mostra em TSM que o ser humano pode agir por outras razões que não o autointeresse, e que junto com outras virtudes “inferiores” (como a prudência, frugalidade etc) existentes que devem ser reguladas pela justiça (MORROW, 1927, p. 330). Dessa forma, o argumento se assemelha ao de Stephen, já que o autointeresse seria uma motivação regulada pela justiça, justiça essa compreendida em TSM (MONTES, 2003, p. 77). Em RN Smith fala pouco sobre justiça, mas a ideia estaria subentendida, já que a justiça é pressuposto necessário para a existência das nações.

Morrow prossegue seu argumento em *Adam Smith: moralist and philosopher (1927)*, afirmando que a justiça seria mais bem elaborada no futuro trabalho que Smith não teve oportunidade de acabar, sobre jurisprudência. Sua semelhança em relação ao trabalho de Viner é alegação da importância do papel teológico na elaboração do ponto de vista ético, social e econômico de Smith:

Estas regras gerais que foram destiladas a partir da experiência social podem até ser encaradas como o fundamento último do que é justo e injusto na conduta humana, e como tendo o seu fundamento no comando de Deus. Assim, a moral da simpatia e da experiência social conduz, finalmente, para a mesma visão teológica de mundo que encontramos apoiando a crença de Smith na ordem natural da liberdade econômica. (MORROW, 1927, p. 339, *tradução nossa*)

da ordem econômica como, quando mencionada, é com o suposto de ser uma corda fraca para se sustentar” (Viner, 1927, p. 210, *tradução nossa*).

¹⁸ “O homem, de acordo com os estóicos, deve se considerar não como algo separado e independente, mas como um cidadão do mundo, um membro da vasta comunidade da natureza. Para o interesse desta grande comunidade, ele deve sempre desejar que seu próprio interesse seja sacrificado. Tudo o que se preocupa, não deve afetá-lo mais do que qualquer outra parte igualmente importante deste imenso sistema. Nós deveríamos nos ver, não na luz em que nossas próprias paixões egoístas são capazes de nos colocar, mas na luz em que qualquer outro cidadão do mundo nos veria” (SMITH, 1984, p. 140-141).

Assim como alguns defendem que os livros são irreconciliáveis, existem aqueles que tentam provar o contrário. É o caso de Russel Nieli (1986), que resolve a questão através do que o autor denomina de *As Esferas de Intimidade*. Na RN, ao contrário da TSM, são tratadas as relações entre pessoas que não são íntimas¹⁹. Como indivíduos em diferentes esferas de intimidade são tratados de forma desigual, não haveria conflito na economia política do escocês. Ao escrever RN, explica Nieli, Smith tinha em mente relações econômicas entre membros de diferentes esferas de intimidade. Era tão evidente para o autor os indivíduos participarem de diversas comunidades íntimas que ele achou dispensável explicar o fato ao longo do livro²⁰, sendo o aspecto, portanto, implícito na obra. Smith ainda ressalta que as diferentes formas de se tratar as pessoas dependendo da esfera de intimidade é normal, correto e justo, já que naturalmente as pessoas próximas são mais sensíveis umas com as outras por conhecerem-se melhor (NIELI, 1986, p. 621). Nieli compartilha da opinião de que TSM foi fundamentada em um deísmo estoico e reforça seu raciocínio com a crença de que Deus colocou no mundo certas pessoas mais próximas por uma razão e que não é possível ignorar este fato²¹.

Ainda na opinião de Nieli, os escritores que obtiveram mais sucesso em entender a continuidade entre os livros foram os que não confundiram simpatia com benevolência, o que é correto. Em seguida o autor dá uma breve explicação sobre o termo *simpatia* e como ele é compreendido na TSM. Apesar de não fazer confusão entre benevolência e simpatia, parece que o autor se esqueceu de seus escritos nas páginas anteriores e a benevolência assume a posição central em seu argumento. É preciso ainda destacar o papel da religião na TSM. A ética independente da teologia, mas a teologia não independe da ética, sendo necessárias algumas menções sobre o assunto na TSM (RAPHAEL, 2007, p. 95). Como argumenta John Dunn, cientista político inglês, um teísta acredita que as boas ações, as ações virtuosas, são ordenadas por Deus, por isso qualifica Smith como um “ateísta prático” quando se refere à conduta:

¹⁹ “A Riqueza das nações não trata, por exemplo, de como a riqueza é dividida dentro de uma família nuclear, nem com a maneira pela qual amigos próximos ou membros de uma família estendida conduziram negócios entre si” (NIELI, 1986, p. 619, *tradução nossa*).

²⁰ “Para Smith era um assunto tão em curso de que os seres humanos são geralmente parte de comunidades íntimas, que ele não achou necessário mencionar o fato” (NIELI, 1986, p. 619, *tradução nossa*).

²¹ “A *Teoria dos sentimentos morais* de Smith foi fundamentada em um deísmo estoico que sustentava que tanto a natureza física quanto a natureza humana foram criadas por um Deus benéfico e que tanto o universo físico quanto o universo social exibiam um alto grau de harmonia e design. Com base nessa crença, ele conclui que é correto os seres humanos mostrarem sua maior preocupação para aqueles mais próximos a eles. Essas são as pessoas, diz ele, que Deus confiou aos cuidados de um homem como as mais adequadas às fraqueza e habilidades humanas” (NIELI, 1986, p. 623, *tradução nossa*).

“[um indivíduo] pratica ações virtuosas, por razões diretamente relacionadas com as ações em si, porque eles têm bons efeitos ou previnam os maus, porque eles cumprem uma promessa ou outra forma de empreendimento, porque promovem a equidade, porque respeitam os interesses e os direitos de outras pessoas”. (RAPHAEL, 2007, p. 102)

Resumindo, mesmo que Smith tenha sido teísta em toda sua vida, como o foi, a teologia só é válida se for combinada com os sentimentos morais do indivíduo.

Uma perspectiva diferente sobre o “Problema” é apresentada por Vivienne Brown, professora de economia na *Open University* no Reino Unido. Para Brown, a atenção dos investigadores deveria estar voltada para a forma de ler os livros e não como os livros foram escritos. Argumentos como os livros serem de autoria do mesmo autor ou mesmo a biografia do escocês não devem ser aceitos para desvendar o “Problema”. Por exemplo, a viagem de Smith à França, seu contato com os fisiocratas e até seu envelhecimento não devem ser levados em consideração para provar a incompatibilidade entre os livros, ou a compatibilidade. As obras devem ser lidas em seus próprios termos, sem que se procure achar respostas de um livro em outro e vice-versa (BROWN, 1994, p. 19).

Brown se concentra na literariedade dos livros, explorando seus estilos e linguagem para analisar as obras. Deste modo, a autora chega à conclusão de que a TMS trata de um discurso dialógico, no qual a voz autoral é deslocada do centro do trabalho e a RN apresenta um discurso monológico, em que uma única voz de autoridade controla o texto sem deixar espaço para alternativas (*idem*, p. 26). Segundo a autora é precisamente a diferença de estilo que mostra o que Smith está querendo dizer sobre os comportamentos estudados em seus dois livros (WILSON e DIXON, 2006, p. 258). O julgamento moral feito pelo espectador imparcial faz parte das virtudes de ordem superior, como a beneficência e o autocontrole, à medida que as virtudes inferiores, tais qual a justiça e a prudência, dizem respeito ao domínio econômico, não vinculado a questões morais. Aparentemente a justiça é incluída no discurso monológico por ter regras precisas, sendo excluída, assim, da moralidade (RAPHAEL, 2007, p. 121-122). Os livros tratariam, portanto, de virtudes diferentes.

5. Examinando as obras de Smith

Teoria dos sentimentos morais é o livro em que Adam Smith se dedica à exposição de sua filosofia moral. Ao longo da construção da obra, o autor investiga através de quais princípios os seres humanos julgam a conduta e o caráter, tanto próprio quanto dos outros. Logo na primeira parte da obra já é evidenciada a categoria central de sua filosofia moral, a simpatia. Como visto no debate apresentado nas seções anteriores, o entendimento do termo varia entre os autores e por isso demanda uma explicação mais cautelosa.

Segundo Smith, os homens possuem naturalmente um grande conjunto de sentimento e um deles é a capacidade de se interessar pela sorte de outros. O indivíduo se sente grato pelos seus amigos fiéis e que não o abandonaram diante de dificuldades, assim como seu coração se enche de ressentimento contra os traidores que o feriram ou enganaram. Mesmo que isso não afete sua própria vida, o homem sente prazer ao ver a felicidade dos outros e se sente triste no caso de presenciar alguma tragédia. Algumas pessoas são obviamente mais sensíveis que outras, mas ninguém está livre deste sentimento, mesmo que minimamente.

Que muitas vezes derivamos tristeza da tristeza dos outros, é uma questão de fato óbvia demais para exigir quaisquer exemplos para prová-lo; pois este sentimento, como todas as outras paixões originais da natureza humana, não se limita, de modo algum, ao virtuoso e humano, embora talvez o sinta com a mais excelente sensibilidade. O maior malfeitor, o violador mais endurecido das leis da sociedade, não se encontra inteiramente sem ele. (SMITH, 1984, p. 10²²)

Outra apreensão feita a partir do primeiro parágrafo do livro é que onde houver seres humanos haverá sociedade ou uniões sociais. As sociedades não são arranjos racionais calculados com base no autointeresse de seus indivíduos. As pessoas simplesmente se interessam umas pelas outras, o que não impede que elas se preocupem primeiro com elas mesmas, como a natureza de fato as impele (OTTESON, 2002, p. 16).

É impossível sentir inteiramente o que outra pessoa sente, de acordo com Smith. Pode-se apenas ter uma projeção das sensações do outro: o observador se coloca no lugar da pessoa diretamente afetada e pensa o que sentiria caso fosse ela. Em outras palavras, as sensações são transmitidas entre os indivíduos através da imaginação. Essa habilidade que todos os homens possuem de compartilhar qualquer tipo de sentimento é o que Smith denomina simpatia. Não é possível uma pessoa se dissociar da simpatia porque ela faz parte do comportamento humano.

²² Como se sabe, *Teoria dos sentimentos morais* conta com uma edição em português: *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Em nosso juízo, essa tradução conta com problemas, razão pela qual se optou por trabalhar com a edição em inglês. Todas as passagens desta obra, portanto, foram traduzidas livremente.

Logo após fazer a introdução do termo, Smith se preocupa em distinguir seus três significados (o que não impediu as confusões feitas por seus críticos anos depois). O primeiro sentido relacionado à simpatia é a solidariedade, ou seja, a circunstância em que a pessoa se identifica com o sentimento de outra pessoa. Smith aparenta conectar a solidariedade apenas nos casos de piedade ou compaixão, que seria o segundo sentido para a simpatia, em que a solidariedade existe apenas nos casos ruins, isto é, de sofrimento alheio. Na filosofia moral de Smith, a simpatia não carrega nenhum desses dois conceitos, e sim o terceiro, no qual a simpatia traduz a correspondência e harmonia entre qualquer sentimento²³, envolvendo a pessoa diretamente afetada e o observador abstrato. É possível simpatizar com a alegria, tristeza, raiva e com infinitas outras paixões.

É preciso atentar que a simpatia, nesse último sentido, não é ela mesma uma paixão, ao contrário dos dois primeiros significados, e é mais extensa que qualquer forma de benevolência (OTTESON, 2002, p. 17-18; CERQUEIRA, 2008, p. 76). É nessa noção de simpatia que Smith baseia sua teoria sobre o julgamento moral. Nas palavras do autor:

Piedade e compaixão são palavras apropriadas para significar nossa solidariedade com a tristeza de outros. Simpatia, embora seu significado fosse, talvez, originalmente o mesmo, pode agora, no entanto, sem muita impropriedade, ser usada para denotar nossa solidariedade com qualquer outra paixão. (SMITH, 1984, p. 10)

A simpatia é o conceito central na TSM de Smith, pois é a fonte através da qual o juízo moral é construído. Em algumas ocasiões, a simpatia surge espontaneamente. Por exemplo, a simples percepção da emoção estampada no rosto de outrem, como um sorriso, afeta o espectador de forma agradável mesmo que desconheça a razão que levou a pessoa sorrir. Não obstante, a simpatia não surge tanto da paixão em si, mas da situação que a incentiva. O argumento fica claro com a introdução do espectador imparcial. Ao ver alguém feliz, em miséria, angustiado, ou em qualquer outro tipo de ânimo, o observador – a saber, o espectador imparcial – se imagina na mesma situação.

Seja qual for a paixão que surge de qualquer objeto na pessoa diretamente afetada, uma emoção análoga brota, ao pensar na sua situação, no peito de todo espectador atento. (SMITH, 1984, p. 10)

O espectador pensa nas sensações que o outro está sentindo e um sentimento real ou imaginado brota em si mesmo, como resultado da mudança de posição. Cada pessoa tem um

²³ Smith amplia o significado de simpatia encontrado em Hume, que trata do compartilhamento do prazer ou dor produzido por um indivíduo afetado por uma ação e estende o significado para o compartilhamento de qualquer sentimento (RAPHAEL e MACFIE, 1984, p. 13).

conjunto exclusivo de experiências que limitam e permitem que ela entenda as emoções de outros indivíduos. A experiência é privada, o que significa que não é possível apreender perfeitamente os sentimentos dos outros. Entretanto, o conjunto de experiências adquiridos pelo espectador durante toda sua vida possibilita o entendimento dos sentimentos dos outros, ainda que não por completo. Afinal, todos já passaram por alguma situação em que se sentiu feliz, triste, com fome, com raiva, orgulhoso ou envergonhado. Caso os indivíduos sejam da mesma comunidade a semelhança é ainda maior, pois partilham as peculiaridades do tempo, espaço e provavelmente já leram livros em comum, músicas, filmes, já podem ter frequentado o mesmo ritual religioso e conhecem as tradições familiares, por exemplo. Isso quer dizer que podem haver algumas coincidências no meio desse enorme número de experiências únicas, que deixam que as pessoas entendam-se entre si (OTTESON, 2002, p. 44).

Dessa forma é possível comparar como o espectador se sentiria caso estivesse em tal situação com o sentimento da pessoa diretamente afetada. Caso esses sentimentos estejam em harmonia, isto é, caso eles sejam equivalentes, a conduta é julgada como moralmente correta. Mesmos que os sentimentos não sejam de mesma potência, e nem poderiam ser já que o sentimento do espectador é simplesmente análogo, essa ideia é suficiente para que se forme o juízo moral. Nas palavras de Smith:

Pela imaginação nós nos colocamos em sua situação, nós nos concebemos suportando todos os mesmos tormentos, entramos como que em seu corpo, e nos tornamos em alguma medida a mesma pessoa que ele, e então alguma ideia se forma de suas sensações, e mesmo sentimos algo que, embora mais fraco em grau, não é completamente diferente deles. (SMITH, 1984, p. 9)

Raphael (2007) utiliza em seu livro dois breves exemplos que ilustram muito bem essa partilha de sentimentos. No primeiro exemplo, um agente encontra uma criança com extrema dificuldade para nadar até a margem do rio e mergulha para ajudar. O espectador se coloca no lugar do agente e pensa que se estivesse na sua situação teria feito o mesmo, logo aprova seu comportamento. No segundo ocorre a mesma situação, exceto que o agente não sabe nadar. O agente não consegue encontrar outra pessoa, nem uma corda ou algum tipo de boia e o melhor que consegue fazer, em sua opinião, é tentar fazer uma corda com a sua blusa. O espectador, relutante, concorda que não havia muito a se fazer e provavelmente teria agido da mesma forma. O agente, mais tarde, encontra alguém que o julgou covarde na situação e sua reação é dar um soco nessa pessoa. O espectador, ao se imaginar novamente no lugar do agente, acredita que ficaria magoado com a acusação, mas sua resposta não seria fisicamente violenta. Dessa forma, o espectador julga a conduta do agente nesse último momento inapropriada.

Quanto mais se conhece a pessoa diretamente afetada em questão, mais espontâneo é o julgamento. Ora, quanto mais íntima é uma pessoa, melhor se conhece suas paixões, interesses, angústias etc. e é exatamente isso que ajuda o espectador a entender suas razões de agir. Quanto mais se pratica o exercício, melhor a pessoa realiza a tarefa, assim como em qualquer outra função, como dirigir, tocar um instrumento ou escrever. Essa “troca de lugares” torna-se habitual e demanda cada vez menos tempo, chegando um momento que é feita tão rapidamente que o espectador nem se dá conta que aconteceu: é espontâneo. O que se nota é simplesmente o acordo ou não com sua ação, o julgamento é feito sem o espectador notar. O ato de imaginar continua ali, porém imperceptível (OTTESON, 2002, p. 22; 50).

Esse é o pilar da *Teoria dos sentimentos morais* de Smith: o juízo moral parte da reação do espectador imparcial em relação às ações de outras pessoas. É preciso ressaltar que a simpatia não é motivacional, e sim uma capacidade que existe nos seres humanos independente de qualquer motivo. A simpatia explica como as pessoas agem e não pode ser confundida com a razão, com o porquê de as pessoas agirem da forma que agem (WILSON e DIXON, 2006, p. 256).

Existem, ademais, vários motivos para ação em geral, inclusive o interesse próprio ou, como os autores do século XVIII costumam dizer, amor próprio. É o autointeresse e não o egoísmo (como argumentaram Knies e Skarzynski), que Smith trata na *Riqueza das nações*. O autor não usa egoísmo e interesse próprio como sinônimos em seus livros. Ao tratar de egoísmo ele o faz de forma pejorativa, como em situações de dano ou negligência pelas outras pessoas, enquanto buscar a própria felicidade e interesse é um elemento essencial da virtude (RAPHAEL e MACFIE, 1984, p. 22).

Isto posto, é importante observar que, da mesma forma que o espectador imparcial julga ações alheias, ele sabe que o mesmo será feito com ele, pois o espectador hoje pode ser o agente de amanhã. Dessa forma, além de julgar as ações dos outros, o espectador encontra base para julgar as suas próprias.

Aprovar as opiniões de outro homem é adotar essas opiniões, e adotá-las quer dizer o mesmo que aprová-las. Se os mesmos argumentos que o convencem me convencerem igualmente, eu necessariamente aprovo sua convicção; e se não o fizer, eu necessariamente o desaprovo: não é possível conceber que eu deva fazer um sem o outro. Aprovar ou desaprovar, portanto, as opiniões dos outros é reconhecido, por todos, como nada mais do que observar seu acordo ou desacordo com o nosso. Mas isso é igualmente o caso em relação à nossa aprovação ou desaprovação dos sentimentos ou paixões dos outros. (SMITH, 1984, p. 17)

Explicando de outra forma, uma pessoa julga as outras como espectador e todos os outros são espectadores julgando essa pessoa. O indivíduo, assim, julga a si próprio, imaginando o que um espectador imparcial pensaria de suas ações. Levando em consideração que os indivíduos buscam a simpatia dos demais, eles são levados a moderar seus sentimentos, inclusive o autointeresse, pois eles se julgam da mesma forma que um espectador imparcial os julgaria. Nesse momento o ponto de vista muda: a pessoa imagina agora um espectador externo para julgar sua conduta, quando na verdade o espectador é ele mesmo. A pessoa observa a si própria (CERQUEIRA, 2008, p. 80).

Começamos, por essa razão, a examinar nossas próprias paixões e condutas, de modo a considerar como elas devem parecer aos demais, considerando como elas nos apareceriam se estivéssemos na situação deles. Suponhamos que somos os espectadores do nosso próprio comportamento, e tentamos imaginar o efeito que, sob esta luz, produzirá sobre nós. Este é o único espelho pelo qual podemos, em certa medida, com os olhos de outras pessoas, examinar a propriedade de nossa própria conduta. (SMITH, 1984, p. 112)

Ao longo da vida as pessoas aprendem a equilibrar o autointeresse e o interesse que nutrem pelos outros. A partir daí surgem os fundamentos das regras gerais que a sociedade endossa como as regras transcendentais da moralidade. Além disso, o exame feito das próprias ações e das ações do outro é um processo contínuo e permite uma troca de informações. Simplesmente, com o passar do tempo, as pessoas influenciam e são influenciadas através de suas análises (OTTESON, 2002, 42-43; 71-72). Depois de aceitar certas condutas e rejeitar outras como moralmente corretas nesse processo contínuo, as pessoas vão percebendo algum entendimento entre elas e assim consideram tais juízos morais como regras gerais da moralidade. Essa questão é abordada por Smith precisamente na passagem a seguir:

Nossas contínuas observações sobre a conduta dos outros, insensivelmente nos levam a formar para nós mesmos certas regras gerais sobre o que é adequado e apropriado, seja para ser feito ou para ser evitado. Algumas ações chocam todos os nossos sentimentos naturais. Ouvimos cada um de nós expressar o mesmo desagrado contra elas. [...] Nós resolvemos nunca ser culpados do mesmo, nem mais nem menos, para não nos tornar, dessa maneira, objetos da desaprovação universal. Assim, naturalmente, estabelecemos para nós mesmos uma regra geral, para que todas essas ações sejam evitadas, como tendendo a tornar odioso, desprezível ou punível, objetos de todos esses sentimentos pelos quais temos maior temor e aversão. Outras ações, ao contrário, exigem nossa aprovação, e ouvimos todos os que nos rodeiam expressar a mesma opinião favorável a respeito delas. Todo corpo está ansioso para honrá-las e recompensá-las. Elas excitam todos os sentimentos pelos quais temos por natureza. (SMITH, 1984, p. 159)

Em resumo, as regras gerais dependem do julgamento inicial e particular feito pelo espectador imparcial. Esse argumento é uma crítica aos filósofos racionalistas, que acreditavam que os julgamentos particulares dependiam das regras gerais de moralidade. É perfeitamente

comum que as pessoas cheguem a uma análise a partir dessas regras gerais, mas isso só é possível porque anteriormente as regras gerais foram determinadas a partir dos casos particulares de juízo moral (RAPHAEL, 2007, p. 55).

De acordo com Smith, as pessoas usam as regras gerais como recurso para o julgamento naquelas ocasiões em que há conflitos, quando se tem que escolher entre mais de uma noção moral, isto é, um dilema. Diante do impasse, as pessoas têm um debate moral com elas mesmas, e é exatamente nessas situações que elas são impelidas a utilizarem um julgamento “padrão”. As regras gerais são formadas através da razão, mas é errado supor que as primeiras noções do certo e do errado são dela derivadas (*idem*). Por sua vez, as pessoas acreditam que essas regras são corretas, já que elas são procedentes do exercício do espectador imparcial, ainda que não o façam conscientemente, visto que já se tornaram acostumadas a reconhecer e aceitar algumas regras. Essa é a base que torna viável manter a ordem social.

Enquanto a TSM trata da construção moral e ética da sociedade, na RN o tema é outro. Como o próprio título diz, Smith tenta entender a causa e a natureza da riqueza produzida pelas nações. Em sua introdução o autor apresenta que é possível saber se a nação está sendo bem atendida, em termo de bens e conforto, ao comparar as quantidades produzidas e o número de habitantes do país. O autor busca saber quais mecanismos alteram essa proporção e o resultado de sua investigação é exposta no livro.

Segundo o autor, a proporção entre a população e a riqueza por ela produzida independe da qualidade do solo, clima e território do país e é modificada de acordo com a destreza dos trabalhadores e da proporção entre os trabalhadores e trabalhadores improdutivos²⁴. Segundo Smith, o que mais parece influenciar é a primeira característica, visto que mesmo em países com alto número de pessoas que não trabalham, é possível ter uma produção extraordinariamente maior que em países onde a maior parte da população executa trabalho produtivo. Sendo assim, conclui-se que a produção do país depende imensamente da habilidade de seus trabalhadores produtivos (SMITH, 1983a, p. 35-36).

A grande causa do aumento das forças produtivas é apontada pelo autor como sendo a divisão do trabalho. Isso porque tal divisão permite uma maior destreza do trabalhador ao fazer este se concentrar em uma única atividade, diminui o tempo gasto ao passar de uma atividade à outra e aumenta o número de invenção de máquinas (mecanização da produção) já que as

²⁴ Há certa polêmica quanto à concepção de trabalho produtivo em Smith. Adota-se aqui a interpretação segundo a qual Smith concebe como produtivo o trabalho daqueles que participam de atividades que criam valor e conservam valor no objeto, para que possa ser transferido em outro momento.

peças descobrem mais facilmente outros métodos de trabalho quando estão dedicadas a uma única atividade. O exemplo clássico da divisão do trabalho é a fabricação de alfinetes: se um indivíduo desenrolar o arame, outro cortar, o terceiro endireitar, o quarto afiar, o quinto colocar a cabeça e assim por diante, conseguirão fabricar exponencialmente mais alfinetes do que se apenas uma pessoa fizer todas as operações necessárias (*idem*, p. 42).

É preciso recordar que Smith não foi o primeiro a perceber a divisão do trabalho, que já foi objeto de estudo de alguns autores como Platão e Aristóteles, mas inovou ao colocá-la em um plano central ao explicar os principais determinantes para o nível de vida em um país, seus progressos e retrocessos (RONCAGLIA, 2006, p. 178). Dividir as atividades, na medida do possível, ocasiona um aumento proporcional da força produtiva do trabalho. A produtividade pode ser entendida, então, como o fonte da riqueza:

É a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo. (SMITH, 1983a, p. 45)

Já esse momento inicial de seu texto permite entrever a maneira como Smith constrói uma crítica tanto aos pensadores mercantilistas como aos fisiocratas. A lógica do mercantilismo é de que a administração da balança comercial seria o mais importante para o enriquecimento das nações e, com ela, vinha também uma preocupação derivada com o desenvolvimento da atividade econômica interna. O desenvolvimento da produção de bens competitivos no mercado internacional permitiria uma exportação qualificada, que se transformaria em uma política de produção de manufaturas. O progresso emergiria, então, do comércio, pois era a área onde se desenvolvia a circulação do dinheiro, era o meio pelo qual países que não possuíam metais preciosos podiam obtê-los (RUBIN, 1979, p. 22). Não obstante, Smith discorda da visão unilateral dos fisiocratas de que só a agricultura gera riqueza ao produzir um excedente físico e estabelece o trabalho em geral, qualquer trabalho produtivo, como fonte de riqueza. A base da teoria econômica de Smith não é o comércio, nem os excedentes da agricultura e sim o trabalho (CERQUEIRA, 2004, p. 431).

Avançando em seu argumento, o autor explica que a divisão do trabalho não foi previamente planejada com o objetivo de criar mais riqueza, isto é, não foi criada intencionalmente. Em outras palavras, em um primeiro instante as tarefas não foram propositalmente divididas para aumentar a produção. Essa especialização em uma só atividade

foi o resultado obtido de forma lenta e gradual da propensão a troca, característica essa inerente à natureza humana e que se encontra em todos os homens, sem exceção.

O homem tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar essa ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. [...] Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles tem pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1983a, p. 50)

Os homens, diferente dos animais, buscam a troca por agir de modo consciente e autointeressado. Conseqüentemente, buscam especializar-se para produzir de forma mais eficiente ou em maior quantidade. Dessa forma é possível trocar o produto do seu trabalho, por todas as outras coisas que precisa, sem depender de seu talento pessoal ou habilidade. Muitos intérpretes referem-se a esse trecho acima para defender a ideia de que a economia baseia-se somente no interesse próprio, mas na realidade Smith quer mostrar os benefícios da divisão do trabalho e como as trocas mutuamente vantajosas são normais (SEN, 1992, p. 122). Um trabalhador simples de classe baixa em um país civilizado pode desfrutar de mais bens que uma pessoa de classe alta em um país não desenvolvido, pois aproveita os ganhos de produtividade advindos da divisão do trabalho.

A sociedade é apresentada na RN como um grupo de indivíduos que trabalham e trocam. Através da divisão de tarefas os trabalhadores ficam conectados pelo processo de produção e, como são especializados, precisam ir ao mercado trocar os produtos de seus trabalhos (CERQUEIRA, 2004, p. 435). Assim, o mercado se desenvolve devido ao aumento de produtividade e da riqueza proporcionada pela divisão do trabalho. A divisão do trabalho, por sua vez, também é influenciada pelo tamanho do mercado, já que, quanto menor forem as barreiras para a comercialização, mais livremente pode se expressar a troca. O raciocínio revela que o que parece ser uma troca de produto por dinheiro é na verdade uma troca de produtos do trabalho humano e que essa mesma troca de produtos do trabalho humano nada mais é que uma troca mútua de trabalho. A concepção smithiana de sociedade é, então, a de uma sociedade que troca trabalho de cada membro individual (RUBIN, 1979, p. 182-183).

Nesta perspectiva, há uma completa harmonia entre os interesses das pessoas que compõe a sociedade. O que explica a harmonia social é o fato de que, ao procurar satisfazer o interesse próprio, o indivíduo acaba por satisfazer a necessidade dos outros. O produtor tem que se pôr no lugar do comprador e formar juízo de sua condição. Mesmo que o interesse do

produtor pareça ser diferente do interesse da população em geral, o processo de mercado acaba por conciliá-los. Por exemplo, o comerciante tem interesse em lucrar o máximo possível, em aumentar o preço de acordo com a escassez do momento. Com o preço alto o consumo das pessoas diminui, deixando-as mais parcimoniosas. Caso o preço seja mais alto que o necessário o comerciante não vende todo o produto e perde parte da colheita. Se for mais barato, além do lucro cair, a oferta acaba antes do término da estação e a população fica carente desse bem.

Sem visar aos interesses da população, a consideração de seus próprios interesses leva-o a tratá-la, mesmo em anos de escassez, mais ou menos da mesma forma como o prudente capitão de um navio, às vezes, é obrigado a tratar sua tripulação. (SMITH, 1983b, p. 29)

O desejo privado dos produtores em auferir o máximo valor possível com a venda de seus bens fomenta as atividades nacionais e assim aumenta o quanto for viável a renda anual da sociedade. É isso que Smith chama de “mão invisível”: as pessoas não sabem que estão agindo a favor do interesse público, elas agem visando apenas sua própria segurança, investindo em atividades dentro de sua nação e obtendo o maior valor possível com sua produção. Cada indivíduo é provido da melhor percepção sobre onde é melhor investir seu capital, tendendo a ocasionar a prosperidade e bem-estar geral, por isso, então, a defesa do *laissez-faire*. O autointeresse, para Smith, revela-se uma virtude moral no mercado livre. É preciso lembrar que Smith não fala do egoísmo ao tratar das relações de mercado e sim reconhece a prudência e parcimônia como virtudes no ambiente econômico. Tal discurso existe desde sua primeira obra:

O descuido e a falta de economia são universalmente reprovados, não por serem considerados como procedentes de uma falta de benevolência, mas por demonstrar uma falta de atenção adequada aos objetos do interesse próprio. (SMITH, 1984, p. 304)

O termo “interesse próprio” é usado para tratar do desejo natural de melhorar a condição de alguém e de cuidar do próprio bem-estar. Na sua concepção, a troca de mercado é um vínculo de união e amizade. Caso as interações sejam totalmente egoístas, no sentido pejorativo, elas se tornam trocas mercenárias e a sociedade apenas subexiste e não progride. Em uma sociedade onde as pessoas só pensam em tirar proveito uma das outras, a sociedade reflete a maldade e produz o mínimo possível para sua existência (FRANTZ, 2000, p. 14-15).

Novamente, o autointeresse não é algo novo, que só apareceu na RN. Smith já havia falado dessa característica em sua primeira obra, onde explicou que a busca do interesse próprio era uma conduta moralmente adequada:

Sem dúvida, todo homem é por natureza recomendado, primeira e principalmente, ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais preparado para cuidar de si mesmo do que de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim. (SMITH, 1984, p. 82)

É possível estabelecer a semelhança existente entre os argumentos das duas obras. Na TSM as ações pessoais são guiadas pelo espectador imparcial de forma que se elabore uma ordem social e, assim, tais ações são moderadas pela ideia de justiça. Consequência disso é que, casualmente, a sociedade alcança o bem comum. Permanecendo com essa capacidade de executar juízos morais, explicada na TMS, o argumento da RN sustenta que a sociedade comercial é capaz de se autopreservar (CERQUEIRA, 2004, p. 437). Ora, se o desejo é de que o comércio cresça e se desenvolva com controle mínimo por parte do Estado, é necessário provar que o controle social voluntário funcione espontaneamente e sobreviva também sem a intervenção de autoridades políticas. Smith considera, portanto, que a ordem social nasce independente de ações do Estado, a partir da mudança de papéis em consciências individuais. Surge daí regras gerais de moralidade, além das normas do sistema de justiça, levando os indivíduos a viverem e trabalharem harmoniosamente. É esse o raciocínio, em suma, que leva o autor a concluir que a economia liberal é bem sucedida (ANSPACH, 1972, p. 188). Por isso se pode afirmar que a análise de Smith sobre a ética pessoal e desenvolvimento social abordada em TSM é o pilar de sua visão de sociedade liberal discutida na RN. Esse tema será explorado na breve conclusão a seguir.

6. Conclusão

Uma vez interpretadas as duas principais obras de Adam Smith, compreende-se claramente que ambas tratam de tópicos diferentes. A *Teoria dos sentimentos morais* explica como é construído o julgamento moral humano e como os seres humanos chegam a um padrão regular de comportamento, baseado em regras, e a *Riqueza das nações* mostra como são feitas as trocas de mercado e como isso se desdobra na riqueza do país. Comentadores que leram a segunda obra buscando simplesmente a continuação da primeira incorreram em erro de compreensão e, por conseguinte, iniciaram o chamado *Das Adam Smith Problem* (RAPHAEL, 2007, p. 1).

O mal-entendido por detrás desse problema é com relação aos termos *simpatia* e *autointeresse*. Quando Smith afirma que os agentes nutrem simpatia uns pelos outros, isso não significa de forma alguma que o agente é naturalmente altruísta, assim como quando fala que as pessoas são autointeressadas não quer dizer que sejam necessariamente egoístas. De fato, dependendo da situação, o ser humano pode assumir ambos os comportamentos, tanto o altruísmo quanto o egoísmo. É correto afirmar que a simpatia assume diversos significados ao longo da obra, como explicado, o que causou alguns desvios da proposta original de Smith. Entretanto, uma leitura atenta, considerando o emprego da terminologia, pode captar o conteúdo real da obra.

A simpatia explica como os seres humanos agem de forma egoísta, altruísta, ou de qualquer outra das diversas formas que o ser humano pode atuar. Smith não está preocupado em abordar quais são as atitudes corretas e erradas e sim em explicar como os indivíduos decidem, de fato, agir da forma como agem. Já o autointeresse é uma característica presente na natureza humana, o atributo que compele as pessoas a cuidar primeiramente de si mesmas e de seus próximos. A forma autointeressada de agir não está livre da simpatia e do exercício do espectador imparcial. As pessoas não escolhem como agir pensando no bem-estar geral da sociedade, mas alcançam esse resultado espontaneamente. Assim, ao abordar o autointeresse na RN, Smith não está violando o raciocínio anterior. Certamente, ele reconcilia a simpatia com o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital debatida no segundo livro.

Apesar de Smith ter tratado do autointeresse na TSM, em nenhum momento aborda a simpatia em seu segundo livro – não há um único emprego do conceito em todo o texto. Contudo, isso não quer dizer que tenha mudado de ideia entre as obras. Simplesmente, o tema contemplado era outro. Na última página da TSM o autor alertou seus leitores que pretendia

escrever sobre os princípios gerais das leis e do governo em outro trabalho²⁵. Além disso, foram diversas as edições da TSM, inclusive após a publicação da RN, e Smith não fez alterações na obra que dessem a entender que tenha ocorrido uma inflexão em seu pensamento. Isso porque o próprio autor não acreditava que suas obras fossem inconsistentes.

Pode-se afirmar que muitas das interpretações equivocadas das obras de Smith são frutos da perda de importância do papel da ética no desenvolvimento da economia moderna. Smith, “o pai da economia”, era professor de filosofia moral, mas são recorrentes as leituras que o tomam como autor de uma obra sobre escolhas individuais conduzidas somente com o intuito de maximizar o autointeresse, o que é indubitavelmente uma interpretação economicista e anacrônica. Smith é um autor que não se preocupa somente com os resultados das ações, mas também os motivos por trás delas. Por outro lado, a economia moderna se distancia das motivações humanas e seus sentimentos, moldando uma teoria do comportamento cada vez mais restrita (CERQUEIRA, 2004, p. 439; SEN, 1992, p. 125). A economia, antes considerada um ramo da ética, se afirma como instrumento de serviço da reprodução capitalista, torna-se uma linguagem aparentemente neutra que caracteriza a complexa conduta humana sob um axioma de racionalidade mercantil. Trata-se da fluência social do pensamento capitalista. Logo, é importante retomar sempre que possível o debate sobre a ética e a política e fica claro, pelo exposto, que Adam Smith ainda é um ponto de partida indispensável.

²⁵ “Em outro trabalho tentarei dar conta dos princípios gerais do direito e do governo, e das diferentes revoluções que aconteceram nos diferentes períodos da sociedade, não só no que diz respeito à justiça, mas no que diz respeito à polícia, às rendas, às armas e tudo que é objeto da lei” (SMITH, 1984, p. 342).

Referências

- ANSPACH, Ralph. "The implications of the Theory of moral sentiments for Adam Smith's economic thought". **History of Political Economy**, v. 4, n. 1, p. 176-206, 1972.
- BROWN, Vivienne. **Adam Smith's discourse: canonicity, commerce, and conscience**. Psychology Press, 1994.
- CERQUEIRA, Hugo. "Adam Smith e o surgimento do discurso econômico". **Revista de economia política**, v. 24, n. 3, p. 422-441, 2004.
- CERQUEIRA, Hugo. "Sobre a filosofia moral de Adam Smith". **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 35, n. 111, 2008.
- DAVIS, John B. "Smith's invisible hand and Hegel's cunning of reason". **International Journal of Social Economics**, v. 16, n. 6, p. 50-66, 1989.
- FRANTZ, Roger. "Intuitive elements in Adam Smith". **The Journal of Socio-Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-19, 2000.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **The philosophy of right**. Batoche Books, 2001.
- HENDERSON, James P.; DAVIS, John B. "Adam Smith's influence on Hegel's philosophical writings". **Journal of the History of Economic Thought**, 13, p. 184-204, 1991.
- HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HODGSON, Geoffrey M. **How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science**. Routledge, 2001.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- KARSTENSSON, L. **Biographical notes on Adam Smith (1723-1790)**. Department of Economics, UNLV, 2002.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política; Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTES, Leonidas. "Das Adam Smith Problem: its origins, the stages of the current debate, and one implication for our understanding of sympathy". **Journal of the History of Economic Thought**, v. 25, n. 01, p. 63-90, 2003.
- MORROW, Glenn R. "Adam Smith: moralist and philosopher". **The journal of political economy**, p. 321-342, 1927.

- NIELI, Russell. "Spheres of intimacy and the Adam Smith problem". **Journal of the History of Ideas**, v. 47, n. 4, p. 611-624, 1986.
- OTTESON, James R. **Adam Smith's market place of life**. Cambridge University Press, 2002.
- RAPHAEL, David Daiches. **The Impartial Spectator: Adam Smith's Moral Philosophy**. Oxford University Press, 2007.
- RAPHAEL, David D. e MACFIE, Alec L. "Introdução". *In*: SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, pp. 1-52.
- RONCAGLIA, Alessandro. **La riqueza de las ideas: una historia del pensamiento económico**. 2006.
- ROSS, Ian Simpson. **The life of Adam Smith**. Oxford University Press, 2010.
- RUBIN, Isaak Ilich. **A history of economic thought**. London: Ink links, 1979.
- SEN, Amartya. "Comportamento econômico e sentimentos morais". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 25, p. 103-130, 1992.
- SMITH, Adam. **Uma investigação sobre as causas e a natureza da riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1983a.
- SMITH, Adam. **Uma investigação sobre as causas e a natureza da Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, v. 1, 1983b.
- SMITH, Adam. **The theory of moral sentiments**. Liberty Fund, 1984.
- STEWART, Dugald. **Account of the life and writings of Adam Smith**. 1861.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.
- TRIBE, Keith. **Strategies of economic order: German economic discourse, 1750-1950**. Cambridge University Press, 2007.
- TRIBE, Keith. "'Das Adam Smith Problem' and the origins of modern Smith scholarship". **History of European Ideas**, v. 34, n. 4, p. 514-525, 2008.
- VINER, Jacob. "Adam Smith and laissez-faire". **The Journal of Political Economy**, p. 198-232, 1927.
- WILSON, David; DIXON, William. "Das Adam Smith problem: a critical realist perspective". **Journal of Critical Realism**, v. 5, n. 2, p. 251-272, 2006.